

Dívida requer ajuste interno

Editoria
SÉRGIO COSTA
Da Sucursal

Rio — Os ministros da Fazenda e/ou Finanças de sete países latino-americanos — Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela — que se reuniram no domingo e ontem no Rio, para debater formas de redução do estoque (o principal) da dívida da região, chegaram a pelo menos uma conclusão importante: as nações beneficiadas por essa redução terão de desenvolver esforços adicionais de ajustamento econômico, que seriam negociados com as agências multilaterais que financiasssem esses programas.

Isto foi o que ficou claro, ontem, durante a entrevista do ministro brasileiro, Mailson da Nóbrega, quando ele justificou que esses "esforços adicionais" eram necessários para não se permitir um aumen de consumo por parte dos países endividados, beneficiados por mecanismos de redução de estoque da dívida". Sendo esta a intenção, de reprimir o consumo, os programas de ajuste teriam de observar, naturalmente, regras mais ortodoxas: rígidas políticas fiscais (aumento de imposto) e monetárias (aumen das taxas de juros).

Em uma entrevista coletiva onde mostrou prudência ao comentar a reunião — e quando recusou-se a adiantar qualquer ponto do documento final, a ser encaminhado aos presidentes dos países que participaram do encontro —, Mailson demonstrou inquietação apenas quando foi indagado justamente sobre a participação dos credores sobre os programas de ajuste econômico desenvolvidos pelos devedores depois de uma eventual redução do estoque do endividamento externo. "É evidente que se houver a participação de um organismo multilateral, haverá uma discussão, troca de idéias etc", acentuou.

Porém, essa participação de recursos externos, mesmo depois de se proceder à reduções no estoque da dívida, foi enfatizada por um

comunicado à imprensa divulgado ao final da tarde de ontem. Nele, os representantes dos sete países firmavam que a redução da dívida é o instrumento mais apropriado para a redução da transferência de recursos para o exterior, e que "a segurança em obter novo financiamento é um complemento imprescindível para alcançar os mencionados objetivos".

ALTERNATIVAS

O ministro da Fazenda explicou que ficou acertado um prazo até o dia 19, segunda-feira, próxima, para que os presidentes dos países do grupo apreciem o documento final e dêem sua aprovação. "O grau de convergência é tão grande que dificilmente haverá algum tipo de divergência", destacou Mailson. Além do documento avaliando a questão da redução da dívida latino-americana, há outro fazendo propostas para negociações desse endividamento entre os próprios países latino-americanos.

Mesmo sendo cuidadoso, Mailson deixou escapar que pelo menos um mecanismo, dos que seriam amplamente debatidos, a partir de domingo, ficou praticamente descartado: o da conversão da dívida. Sempre ressaltando que essa redução no estoque deve ser urgente, ele admitiu que a conversão "tem um alcance muito limitado, podendo levar uma década para reduzir a dívida de forma adequada".

Restariam, então, duas alternativas, e uma foi especialmente enfatizada na coletiva: a que prevê a criação de um novo organismo para adquirir, com desconto, títulos da dívida latino-americana no mercado secundário, "transferindo esse benefício para os devedores", frisou Mailson. Ele ressaltou, nessa ocasião, que o presidente da França, François Mitterrand já propôs nas Nações Unidas uma participação direta do Fundo Monetário Internacional nesse sentido.

O ministro da Fazenda explicou que a proposta de Mitterrand foi no sentido de que o Fundo fizesse emissões de sua moeda escritural.

REUTERS



Gurria, do México, discutiu animado com Mailson a dívida do continente